

**A
materialização
do racismo a
partir da teoria
social: uma
resenha do
livro “Racismo
estrutural”**

Gabriel Delphino¹



**The
materialization of
racism based on
social theory: a
review of the
book “Structural
racism”**

¹Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: gabrieldelphino20@gmail.com

Resumo

Em “Racismo Estrutural”, Silvio Almeida expande os conceitos de raça e racismo para a dimensão estrutural da sociedade, ao elaborar, a partir da teoria social, uma análise criteriosa da materialização dos conceitos. A partir da perspectiva ideológica, política, jurídica e econômica, o autor traça o racismo e suas manifestações presentes em todas essas esferas, de maneira que o mesmo estruture e seja estruturado por elas. O texto cumpre seu propósito de análise, assim como é didático em descrever as relações investigadas para leitores não familiarizados. Portanto, a obra é fundamental para quem pretende compreender a sociedade brasileira e seus funcionamentos, seja acadêmico ou não, com a possibilidade de servir de orientação para ações políticas antirracistas futuramente.

Palavras-chave: Raça; Racismo estrutural; Teoria social.

Abstract

In “Structural Racism”, Silvio Almeida expands the concepts of race and racism to the structural dimension of society, by elaborating, based on social theory, a careful analysis of the materialization of the concepts. From the ideological, political, legal and economic perspective, the author traces racism and its manifestations present in all these spheres, so that it structures and is structured by them. The text fulfills its purpose of analysis, as well as being didactic in describing the investigated relationships for unfamiliar readers. Therefore, the work is essential for anyone who wants to understand Brazilian society and its operations, whether academic or not, with the possibility of serving as a guide for anti-racist political actions in the future.

Keywords: Race; Structural racism; Social theory.

“Racismo Estrutural” é o terceiro livro escrito por Silvio Almeida, todavia, é o mais lido e repercutido do autor. Publicado em 2019, pela coleção “Feminismos Plurais”, organizada pela filósofa Djamila Ribeiro, a obra consolida a urgência do seu tema com seus números, tornando-se um *best-seller* nacional, alcançando um público significativo.

Silvio é presidente do Instituto Luiz Gama, professor da graduação em Direito e pós-graduação em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, também na capital paulista, assim como da Universidade de Duke, onde é professor visitante, nos Estados Unidos.

Ao problematizar o racismo de forma estrutural, Silvio identifica que o problema não é tão simples quanto pode parecer, não sendo uma questão individual ou institucional. Com isso, conduz o leitor à uma nova estratégia de combate ao racismo, a qual não se limite a atitudes e decisões que não ferem a estrutura que o sustenta.

Na introdução, o autor alerta ao leitor que não se trata de um livro de raça e racismo, sim de teoria social. A partir disso, ele se propõe a provar que não se compreende sociedade contemporânea sem os conceitos de raça e racismo, assim como um conhecimento de teoria social é exigido para se compreender esses conceitos e suas operacionalizações. Para o autor, o racismo é a “manifestação normal de uma sociedade, não um fenômeno patológico que expressa algum tipo de anormalidade.” (ALMEIDA, 2019, p. 21), de maneira que a tese do livro é a de que o racismo é sempre estrutural.

A partir desse ponto, o livro se divide em cinco capítulos: “Raça e racismo”; “Racismo e ideologia”; “Racismo e política”; “Racismo e direito” e “Racismo e economia”. No primeiro o autor situa historicamente e desenvolve os conceitos, nos seguintes ele os identifica e relaciona com a estrutura social.

No primeiro capítulo o autor inicia com uma breve explicação de como a raça estruturou a sociedade moderna, a partir do iluminismo, sendo utilizada para a construção do “civilizado” e do “selvagem”. Na prática isso se torna evidente a partir do colonialismo europeu, no século XVII, em que a classificação de seres humanos foi utilizada para a exploração e destruição das populações das Américas, África, Ásia e Oceania. Já no século XIX, com o espírito positivista, essa utilização do conceito ganha corpo científico, com o determinismo biológico e geográfico. Com o século XX e os eventos da Segunda Guerra Mundial, essa cientificidade do argumento perde força e a noção de raça como um elemento essencialmente político é convencionalizada.

Com isso, o autor parte para a conceitualização de três tipos de racismo: individual, institucional e estrutural. O individual parte da relação do racismo com a subjetividade, que acontece enquanto “patologia” e anormalidade. De maneira que “não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem individualmente ou em grupo” (ALMEIDA, 2019, p. 36). O institucional parte da relação com o Estado, tratado como resultado do funcionamento das instituições. Direta ou indiretamente, o resultado de suas ações confere privilégios e desvantagens baseado na clivagem racial, servindo para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Na concepção estrutural o racismo é parte da estrutura, que serve como base para instituições e subjetividades. Para o autor “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” (ALMEIDA, 2019, p. 50).

No capítulo “Racismo e ideologia”, Silvio demonstra como o racismo é naturalizado, por meio de ideologia, e produz consequências severas na sociedade. O estranhamento causado nas pessoas quando veem um médico negro, assim como um mendigo branco são exemplos apontados pelo autor dessa naturalização do racismo enquanto processo de constituição de subjetividade. Esse processo se daria por meio da cultura, educação, dentre outros espaços em que o negro, historicamente, é visto em posições de nenhum prestígio social, caracterizando o racismo enquanto processo histórico e político.

Somado a isso, o autor traz uma questão que até hoje, especialmente no Brasil, é de difícil compreensão. Seja na sociedade em geral ou na própria

academia, o *ser branco* ainda parece ser identificado como uma “não raça”, além de que é situado no centro da questão, dividindo entre “brancos” e “não brancos” a sociedade brasileira. Ao mobilizar diversos autores, como Guerreiro Ramos e Achille Mbembe, Silvio argumenta que ser branco também é uma construção social, formado a partir de características físicas unidas a privilégios e vantagens sociais.

Em “Racismo e política” o autor visa construir uma relação estrutural e histórica entre política, economia e racismo. Inicialmente, se contextualiza em um debate de teoria do Estado, ao demonstrar como ele serve para manutenção da ordem e para internalizar as contradições inerentes ao sistema capitalista, seja por violência ou ideologia. Ligado a isso, Silvio argumenta que entender as dinâmicas dos conflitos raciais e sexuais é essencial para a compreensão do próprio capitalismo, visto que a dominação de classe se sustenta a partir desses tipos de opressões.

Porém, a partir do Estado-nação, a ideia de nacionalismo aparece em conflito com a compreensão das dinâmicas estruturais. Ela pressupõe que para se construir a nação, alguns costumes e culturas devem ser desconsiderados, com isso a ideologia e violência produzidas pelo Estado, comandado pelos grupos que possuem “hegemonia”, são direcionadas a esses alvos marginalizados, tornando aceitável a conquista e destruição desses que não se adequam ao “projeto nacional”.

Em seguida, Silvio pontua que a representatividade, questão latente no debate público contemporâneo, é importante, porém não significa “poder negro”, de modo que a representatividade é institucional, não estrutural. A eleição ou ascensão de pessoas negras em cargos importantes pode significar sinais de mudança, porém não significa que o racismo esteja sendo eliminado ou, necessariamente, combatido.

O autor traz, então, a questão da biopolítica e da necropolítica. Ao definir quem pode viver e morrer a partir da raça, o racismo se mostra conectado ao Estado, gerando reações positivas à morte dos classificados como “degenerados” pelo Estado. Ao relacionar autores como Foucault, Mbembe e Marielle Franco, Silvio traduz o conceito na prática, materializado na vida da população negra de diversas formas, como “balas perdidas”, falta de saneamento básico, falta de educação, saúde, dentre outros.

Ao introduzir o direito na análise, o autor utiliza exemplos como o *apartheid*, os Estados Unidos, para argumentar que o direito se torna indutor da racialização nesses tipos de sociedade. A apropriação do direito, por parte da população negra, para fortalecer laços sociais, disputar a produção do consenso no meio e redistribuição econômica é válida, porém tem suas limitações. Apesar de ser uma eficiente forma de se combater o racismo ao punir racistas e promover a igualdade, esperar que o direito seja o caminho para a luta antirracista se torna um equívoco, visto que é parte da estrutura social que reproduz o racismo em suas práticas e ideologia.

No capítulo final, Silvio adiciona a dimensão econômica à análise do racismo. Argumenta que a manifestação concreta da relação entre ambos é a desigualdade, por meio do perfil das pessoas com menores salários, maior índice de desemprego, o qual majoritariamente é composto por negros. Contrapõe, também, ao trazer a versão de teóricos econômicos neoclássicos, que na intenção de evitar a intervenção do Estado no mercado, afirmam que o “preconceito” – evitando falar em racismo – são traços comportamentais e individuais, não estruturais. A desigualdade, portanto, seria resultado de ações individuais, em concomitância com a narrativa meritocrática.

A partir disso, ele constrói a explicação em cima da visão estrutural do racismo e da economia, politizando e historicizando conceitos que as outras teorias tentam evitar, como a troca mercantil, o próprio mercado e sociedade civil. Também expõe debates que geram discussões de estudiosos e ativistas da temática racial, como a relação da escravidão e a herança desse processo econômico-político nas desigualdades contemporâneas, a relação entre raça e classe, que para o autor são elementos socialmente sobredeterminados.

Por fim, o autor encerra a obra com o alerta de que a busca por uma nova economia, sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam consideradas como parte central desse processo, resulta em uma tarefa impossível, assim como para a superação do racismo, a lógica social de conflito e antagonismos precisa ser eliminada.

Apesar de realizar um estudo denso e bem referenciado para construir os conceitos, o autor regularmente situa o Brasil contemporâneo nessa explicação e a

conecta com a realidade. A tentativa de explicação, por meio da teoria social, de raça e racismo estruturado socialmente se fez bem sucedida.

A obra é, definitivamente, obrigatória para quem busca compreender a realidade do país atravessada pelo racismo, assim como sua posição estrutural na sociedade atual. Ademais, a análise do conceito em perspectiva histórica e estrutural permite uma melhor compreensão das diversas dimensões de opressão sofridas pela população negra, assim como abre novas possibilidades de resistências e lutas antirracistas.

Portanto, mesmo sendo um texto explicitamente acadêmico, com termos e conceitos oriundos das ciências humanas, o autor faz o esforço em conectar os termos à realidade concreta, de forma que o leitor distante da academia consiga perceber o conteúdo em seu próprio cotidiano. É nesse movimento que Silvio transplanta a urgência do tema escolhido para todos os interessados, ou não, na temática racial.

Artigo recebido em 31 de outubro de 2020.

Aprovado para publicação em 03 de novembro de 2020.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaíra, 2019, 264p.